



NORTE2020

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PLANOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO
URBANO:

PI 9.8 (9b) Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades
desfavorecidas em zonas urbanas e rurais

AVISO Nº NORTE-43-2021-29



CONTROLO DO DOCUMENTO

Versão	Data de aprovação	Data de publicação	Descrição
1	21/01/2021	22/01/2021	Versão inicial
2			Alteração de...

INDICE

1. Enquadramento e caracterização geral	5
2. Objetivos e prioridades de investimento visadas	6
3. Âmbito geográfico	6
4. Beneficiários elegíveis	6
4.1. Natureza dos beneficiários	6
4.2. Critérios de elegibilidade dos beneficiários	7
5. Tipologia de operações elegíveis	8
5.1. Tipologia de operações	8
5.2. Critérios de elegibilidade das operações	8
6. Indicadores de resultado e de realização a alcançar	10
7. Dotação financeira do Aviso	10
8. Condições de atribuição do financiamento às operações	10
8.1. Forma do apoio	10
8.2. Taxa máxima de cofinanciamento	10
8.3. Despesas elegíveis	10
9. Duração das operações	11
10. Operações geradoras de receitas	11
11. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações	11
12. Modalidade e procedimentos para apresentação das candidaturas	11
12.1. Formalização da candidatura	11
12.2. Prazo para apresentação de candidaturas/Fases do concurso	11
12.3. Documentos a apresentar	12
13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas	12
13.1. Critérios de seleção e metodologia de avaliação do mérito	12
13.1.1. Critérios de seleção	12
13.1.2. Metodologia de cálculo	12
13.1.3. Entidades responsáveis pela apreciação e pela decisão	14
13.2. Esclarecimentos complementares	14
13.3. Calendarização do processo de análise e decisão	14
14. Aceitação da decisão	15

15. Obrigações do beneficiário	15
16. Documentação de referência	15
16.1. Legislação.....	15
16.2. Orientações técnicas e/ou orientações de gestão	15
16.3. Outra documentação relevante	16
17. Esclarecimentos e pontos de contacto	16

1. Enquadramento e caracterização geral

Eixo Prioritário	5 - Sistema Urbano
Objetivo Temático	OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
Prioridade de Investimento	9.8/9b. Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais
Objetivos específicos	5.3.1 - Promover a inclusão social em territórios urbanos desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social
Tipologia de Intervenção	43. Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas
Tipologia de Ações/Operações	<p>i) Reabilitação integral de edifícios de habitação social ou de edifícios devolutos destinados a este tipo de habitação, ocupados maioritariamente por habitação, que tenham idade superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a dois, determinado nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, podendo integrar espaço para equipamentos, comércio, serviços ou atividades complementares da habitação, como estacionamento ou arrecadações;</p> <p>ii) Reabilitação de espaço público, visando nomeadamente a sua requalificação, segurança, prevenção de comportamentos ilícitos, resiliência, melhoria do ambiente urbano, desde que seja envolvente a edifícios de habitação social ou cuja intervenção esteja incluída numa operação integrada de regeneração de um bairro de habitação social;</p> <p>iii) Reabilitação ou reconversão de equipamento de utilização coletiva, em que sejam exercidas atividades e serviços de âmbito social destinados a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência e incapacidades, bem com os destinados à prevenção e reparação das situações de carência, de disfunção e de marginalização social.</p>
Regulamento Específico	Inclusão Social e Emprego
Domínios de intervenção	54. Infraestruturas de habitação
Indicadores de realização e de resultado	<p>. Indicadores de Realização</p> <ul style="list-style-type: none"> - O.09.08.01.C - Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas - O.09.08.03.C - Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas - O.09.08.02.C - Habitações reabilitadas em áreas urbanas <p>. Indicadores de Resultado</p> <ul style="list-style-type: none"> - R.09.08.01.E. Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas intervencionadas

Considerando que não foi ainda submetida a totalidade das candidaturas das ações previstas nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) aprovados, foi determinada a abertura de um novo Concurso para a apresentação de candidaturas de operações que integrem os quadros de compromisso dos PEDU da Região do Norte.

O artigo 16º das regras gerais de aplicação dos programas operacionais financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento, aprovadas pelo Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na atual redação, estipula que as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal.

As operações a submeter ao concurso devem procurar promover a acessibilidade a pessoas com deficiência ou incapacidade em itinerários de turismo acessível para todos, quer no que concerne à acessibilidade física, quer comunicacional.

Assim, nos termos do referido artigo, foi elaborado o presente aviso de concurso para apresentação de candidaturas no âmbito da secção 9 – “Promoção de estratégias de baixo teor

de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável” e da secção 18 – Reabilitação e qualidade do ambiente urbano do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RESEUR), aprovado pela Portaria nº 57-B/2015, de 27 de fevereiro, alterada pela Portaria nº 404-A/2015, de 18 de novembro e no âmbito do capítulo X – “Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais” do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego (REISE), aprovado pela Portaria nº 97-A/2015, de 30 de março e respetivas alterações.

2. Objetivos e prioridades de investimento visadas

O presente aviso de concurso diz respeito ao apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais. Esta prioridade está incluída no Eixo Prioritário 5 – Sistema Urbano do POR NORTE 2020, estando associado ao objetivo temático 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação.

O POR define ainda que o objetivo específico desta prioridade de investimento é promover a inclusão social em territórios urbanos desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social.

Por sua vez, no Capítulo X do REISE, o artigo 262º estabelece que os apoios têm como objetivo específico “a regeneração física, económica e social de áreas carenciadas, incluindo bairros sociais ou conjuntos urbanos similares desfavorecidos onde residem comunidades desfavorecidas e respetivos equipamentos de utilização coletiva para a promoção da inclusão social”.

3. Âmbito geográfico

Intervenções realizadas na Região do Norte (NUTS II - Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), especificamente nas áreas de intervenção definidas nos PEDU e respetivos PAICD.

4. Beneficiários elegíveis

4.1. Natureza dos beneficiários

De acordo com o disposto no Regulamento Específico Inclusão Social e Emprego e respetivas alterações, em articulação com o Programa Operacional para a Região do Norte e com o previsto nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) podem apresentar candidatura, enquanto potenciais beneficiários:

- a) Os organismos da administração direta e indireta do Estado;
- b) As autarquias locais e suas associações;
- c) As entidades do setor empresarial do Estado e do setor empresarial local;
- d) As pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, que promovam projetos urbanos no âmbito do PAICD

4.2. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

4.2.1 Nos termos do Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos e do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, os beneficiários e co beneficiários identificados no número anterior devem assegurar o cumprimento dos seguintes critérios de elegibilidade:

- (i) Estarem legalmente constituídos;
- (ii) Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
- (iii) Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- (iv) Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- (v) Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEL;
- (vi) Apresentarem uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
- (vii) Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

4.2.2 De acordo com o artigo 266º do REISE número 1 *“se a operação incidir sobre prédios e tiver uma incidência territorial, as entidades beneficiárias ficam ainda obrigadas a executar o cadastro predial dos mesmos, até à data de conclusão da operação. 2 - O disposto no número anterior só é aplicável com a entrada em vigor do diploma que procede à reforma do modelo de cadastro predial”*.

4.2.3 O cumprimento das condições específicas suprarreferidas é apurado pela Autoridade de Gestão, tendo em conta a informação constante da candidatura à data da sua submissão.

4.2.4 O incumprimento de qualquer das condições acima identificadas implica a tomada de decisão de não admissão da candidatura por parte da Autoridade de Gestão.

4.2.5 No caso de as candidaturas serem apresentadas em parceria, as condições em causa são aferidas por referência a cada um dos parceiros beneficiários que a compõem.

4.2.6 O incumprimento de qualquer das condições acima identificadas implica a tomada de decisão de não admissão da candidatura por parte da Autoridade de Gestão, ainda que venham a ser apuradas relativamente a um ou a alguns dos beneficiários.

4.2.7 A Autoridade de Gestão poderá eventualmente aceitar excecionar da aplicação desta regra as situações em que o número de parceiros beneficiários elegíveis seja superior a metade do número total de parceiros beneficiários previstos na candidatura e esta configuração não coloque em causa os objetivos e a coerência da mesma.

5. Tipologia de operações elegíveis

5.1. Tipologia de operações

São suscetíveis de apoio no âmbito do presente Aviso de Concurso, e desde que enquadradas no exercício de planeamento no âmbito do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), nos termos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), as seguintes tipologias de operações:

- (i) Reabilitação integral de edifícios de habitação social ou de edifícios devolutos destinados a este tipo de habitação, ocupados maioritariamente por habitação, que tenham idade superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a dois, determinado nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, podendo integrar espaço para equipamentos, comércio, serviços ou atividades complementares da habitação, como estacionamento ou arrecadações;
- (ii) Reabilitação de espaço público, visando nomeadamente a sua requalificação, segurança, prevenção de comportamentos ilícitos, resiliência, melhoria do ambiente urbano, desde que seja envolvente a edifícios de habitação social ou cuja intervenção esteja incluída numa operação integrada de regeneração de um bairro de habitação social;
- (iii) Reabilitação ou reconversão de equipamento de utilização coletiva, em que sejam exercidas atividades e serviços de âmbito social destinados a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência e incapacidades, bem com os destinados à prevenção e reparação das situações de carência, de disfunção e de marginalização social.

5.2. Critérios de elegibilidade das operações

5.2.1 As operações não podem estar materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação da candidatura, nos termos do previsto no ponto 6 do artigo 65º do Regulamento (EU) N.º 1303/2013 de 17 de dezembro de 2013.

5.2.2 Critérios de elegibilidade das operações, definidos no artigo 3º do Regulamento Específico Inclusão Social e Emprego e respetivas alterações.

5.2.3 Quando as operações integrem intervenções de reabilitação ou reconversão em equipamentos sociais que determinem a reconversão/criação de novas respostas sociais, ou o alargamento da capacidade das respostas sociais instalada existentes, o parecer referido na alínea h) do artigo 264.º do RE ISE incide designadamente sobre a pertinência das necessidades locais, correspondendo o parecer, quando favorável, ao documento comprovativo que assegura a revisão ou a celebração do protocolo de cooperação, previsto na Deliberação n.º 46/2015 da CIC, de 20 de maio de 2015.

5.2.4 Caso uma candidatura, que tenha por objeto uma intervenção de investimento em equipamentos sociais, seja submetida sem o referido parecer obrigatório, a Autoridade de Gestão

do NORTE2020, após receção da candidatura, procederá à solicitação do mesmo junto do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.). Para efeito da obtenção do parecer do ISS, I.P., os promotores de candidaturas deverão preencher o Anexo IX – Formulário ISS que se encontra como anexo do Aviso.

5.2.5 Grau de maturidade dos investimentos a candidatar, tendo por referência a componente principal do investimento:

- (i) No caso de infraestruturas, comprovado pela apresentação do projeto técnico de execução (peças escritas e desenhadas de arquitetura e especialidades, Termos de Responsabilidade devidamente assinados nos termos da Portaria 701-H/2008, de 29/7, bem como Lista de Quantidades e Preços Unitários), acompanhada da respetiva deliberação de abertura do procedimento, demonstrando que estão em condições de lançar o procedimento de concurso, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP);
- (ii) Nos restantes casos, pela apresentação de evidência de aprovação dos respetivos requisitos técnicos, termos de referência, calendário de realização e orçamento de procedimentos, incluindo a lista de quantidades e preços unitários;
- (iii) No caso de infraestruturas, declaração comprovativa de que promotor tem perfeito conhecimento de que dispõe de 30 dias úteis (após assinatura do termo de aceitação) para publicitar o aviso de concurso da componente principal da candidatura em Diário da República (ou, nos casos aplicáveis, enviar os convites).

5.2.6. Terminado o prazo referido na alínea (iii) do ponto anterior, sem que o promotor tenha dado cumprimento ao teor da declaração aí referida, a Autoridade de Gestão ponderará a possibilidade de anulação da decisão de financiamento.

5.2.7 A operação deverá estar incluída no PEDU aprovado.

5.2.8 No caso de operações em co promoção, devem ainda ser verificados os seguintes critérios:

- (i) Envolver pelo menos dois beneficiários;
- (ii) Ser nomeado um beneficiário líder, ao qual compete assegurar a coordenação global da operação e a interlocução dos vários beneficiários junto das autoridades de gestão em tudo o que respeite à gestão técnica, administrativa e financeira da operação;
- (iii) Existir um acordo escrito entre as entidades envolvidas, explicitando o âmbito da cooperação, a identificação do beneficiário líder, a responsabilidade conjunta entre as partes, deveres e direitos das partes, e questões inerentes à propriedade final dos bens de equipamento adquiridos ou desenvolvidos no âmbito da execução da operação.

5.2.9. O incumprimento de qualquer das condições acima identificadas implica a tomada de decisão de não admissão da candidatura por parte da Autoridade de Gestão, ainda que venha a ser apurado relativamente às intervenções de um ou de alguns dos beneficiários.

6. Indicadores de resultado e de realização a alcançar

A entidade beneficiária deverá identificar na candidatura os indicadores de realização e de resultado a contratualizar, tal como identificados no ponto 1 supra, com a respetiva fundamentação de valores de referência, metas e o ano alvo.

7. Dotação financeira do Aviso

7.1 A dotação indicativa de FEDER é de 1 986 439€ (um milhão, novecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e trinta e nove euros).

7.2 A dotação a concurso por município é a que resulta do quadro de compromissos do respetivo PEDU deduzida do FEDER alocado a Instrumento Financeiro e às operações já aprovadas.

7.3 O somatório do financiamento já comprometido e do financiamento a comprometer futuramente, incluindo o relativo a operações já submetidas e em análise ao abrigo de anteriores avisos para as tipologias indicadas no ponto 5, não poderá exceder o montante indicado como dotação contratualizada no âmbito do PEDU de cada um dos Municípios.

7.4 As candidaturas poderão ser aprovadas e outorgado o respetivo termo de aceitação até ao limite da dotação contratada para a Prioridade de Investimento 9.8, deduzida do FEDER alocado a Instrumento Financeiro e às operações já aprovadas.

8. Condições de atribuição do financiamento às operações

8.1. Forma do apoio

Os apoios a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso assumem a natureza de subvenções não reembolsáveis, de acordo com o artigo 268º do REISE.

8.2. Taxa máxima de cofinanciamento

A taxa máxima de cofinanciamento FEDER aplicável a cada operação a apoiar no âmbito do presente Aviso é de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 5º do Regulamento Específico “Inclusão Social e Emprego” e respetivas alterações, salvo se outra resultar da aplicação das normas em vigor em matéria de auxílios de Estado e/ou de operações geradoras de receitas.

8.3. Despesas elegíveis

8.3.1 As definidas no artigo 15º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual;

8.3.2 No caso de projetos geradores de receita, a despesa elegível de uma operação com custo total igual ou superior a 1 milhão de euros, é reduzida antecipadamente, tendo em conta o potencial da operação para gerar receita líquida ao longo de um determinado período de referência, que abrange tanto a execução da operação como o período após a sua conclusão, nos

termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual.

9. Duração das operações

O prazo máximo de execução das operações é de 2 anos (24 meses) a contar da assinatura do Termo de Aceitação. Excetuam-se do cumprimento deste prazo as situações que possuam outro prazo de execução no PEDU, identificado no respetivo quadro de compromissos, tendo como data limite o dia 30/06/2023.

10. Operações geradoras de receitas

As operações deverão respeitar a legislação comunitária e nacional aplicável em matéria de operações geradoras de receitas, designadamente, as disposições previstas no Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013 (art.º 61.º e n.º 8 do art.º 65.º) e do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro (art.º 19.º), na sua redação atual, bem como as orientações técnicas/de gestão adotadas pela Autoridade de Gestão.

11. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações

Os beneficiários de candidaturas que venham a ser aprovadas pelo NORTE 2020 comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade, resultantes das disposições regulamentares comunitárias e nacionais aplicáveis, bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão em vigor à data da sua aprovação (<http://norte2020.pt/publicidade>).

12. Modalidade e procedimentos para apresentação das candidaturas

12.1. Formalização da candidatura

As candidaturas são apresentadas à Autoridade de Gestão do NORTE 2020 através do Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt>), de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, e nos termos e condições fixadas no presente Aviso.

Para o efeito, o beneficiário, bem como os cobeneficiários, quando aplicável, deverão obter a credenciação prévia necessária à utilização do Balcão 2020.

Na submissão da candidatura a entidade beneficiária deverá selecionar o formulário correspondente ao Aviso de Concurso/Convite a que pretende concorrer, devendo para o efeito tomar em atenção a respetiva sigla de identificação. O formulário de candidatura deverá ser preenchido de acordo com o “Manual de Submissão de Candidaturas” do Balcão 2020.

12.2. Prazo para apresentação de candidaturas/Fases do concurso

O prazo para apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte à data de publicação do presente Aviso e as 17.59.59 horas do dia 30/04/2021.

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

12.3. Documentos a apresentar

A candidatura deverá ser instruída com todos os documentos identificados no Anexo II a este Aviso.

Os documentos exigidos devem ser submetidos como anexo ao formulário de candidatura, não sendo como tal aceite a sua apresentação por qualquer outra via. Os documentos assinalados como “obrigatórios” são condição *sine qua non* de elegibilidade, não podendo ser supridos posteriormente por via da apresentação de elementos adicionais.

Alertamos que a designação dos ficheiros a anexar e a sua dimensão devem respeitar as condições definidas no Guião de Preenchimento disponibilizado no Balcão 2020.

A candidatura deve ainda conter a informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

Complementarmente, a candidatura deverá apresentar documentação que vá no sentido de comprovar o contributo da operação para os desígnios do PAEC - Plano de Ação para a Economia Circular, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro. Esta condição não releva para o mérito ou admissibilidade das operações.

13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

13.1. Critérios de seleção e metodologia de avaliação do mérito

13.1.1. Critérios de seleção

As candidaturas serão apreciadas e hierarquizadas pela Autoridade de Gestão em função dos seguintes critérios de seleção, os quais serão aferidos à luz dos parâmetros identificados no Anexo I-C que faz parte integrante do presente Aviso:

- A. Eficácia e Impacto em Resultados
- B. Eficiência, qualidade e inovação
- C. Complementaridade e sinergia
- D. Abrangência e Transversalidade
- E. Enquadramento Estratégico

13.1.2. Metodologia de cálculo

As candidaturas são avaliadas com base no seu mérito, definido com base em critérios de seleção, de acordo com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, e no RISE.

O indicador absoluto de Mérito do Projeto (MP) resulta da soma ponderada dos critérios de seleção, previamente aprovados pelo Comité de Acompanhamento do POR e detalhados no Anexo B.

O MP é calculado com base nas seguintes fórmulas associadas a cada uma das tipologias:

Tipologia de operação	Mérito do projeto
Reabilitação integral de edifícios de habitação social ou de edifícios devolutos	$MO = 0,30 A + 0,20 B + 0,15 C + 0,20 D + 0,15 E$
Reabilitação de espaço público	$MO = 0,30 A + 0,20 B + 0,15 C + 0,20 D + 0,15 E$
Reabilitação ou reconversão de equipamentos de utilização coletiva	$MO = 0,30 A + 0,20 B + 0,15 C + 0,20 D + 0,15 E$

Os critérios A e E são avaliados através dos seguintes subcritérios:

Tipologia de operação	Mérito do projeto
Reabilitação integral de edifícios de habitação social ou de edifícios devolutos	$A = 0,05 A1 + 0,10 A2 + 0,10 A3 + 0,05 A4$
Reabilitação de espaço público	$A = 0,05 A1 + 0,10 A2 + 0,10 A3 + 0,05 A4$
Reabilitação ou reconversão de equipamentos de utilização coletiva	$A = 0,05 A1 + 0,10 A2 + 0,10 A3 + 0,05 A4$

Tipologia de operação	Mérito do projeto
Reabilitação integral de edifícios de habitação social ou de edifícios devolutos	$E = 0,05 E1 + 0,05 E2 + 0,05 E3$
Reabilitação de espaço público	$E = 0,05 E1 + 0,05 E2 + 0,05 E3$
Reabilitação ou reconversão de equipamentos de utilização coletiva	$E = 0,05 E1 + 0,05 E2 + 0,05 E3$

Cada critério de seleção é classificado numa escala de 1 a 5 pontos, em que 5 representa uma valoração muito elevada, 3 uma valoração média e 2 uma valoração reduzida.

Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação de 1, correspondente a uma valoração muito reduzida

A classificação será estabelecida com 2 casas decimais.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis, as candidaturas que obtenham uma pontuação de mérito absoluto igual ou superior a 3, até ao limite orçamental definido no ponto 7 deste aviso.

13.1.3. Entidades responsáveis pela apreciação e pela decisão

A apreciação e a decisão das candidaturas competem à Autoridade de Gestão do NORTE 2020 que, para o efeito, poderá promover a articulação com as entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente para a obtenção de apoio e/ou para a emissão de pareceres técnicos especializados.

Cabe à Autoridade de Gestão do NORTE 2020, sob proposta das Autoridades Urbanas, a tomada de decisão sobre a candidatura.

13.2. Esclarecimentos complementares

A Autoridade de Gestão pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, o que só pode ocorrer uma vez, ou quando sejam solicitados pareceres a peritos externos independentes da Autoridade de Gestão. Os elementos em causa devem ser apresentados pelo beneficiário de uma só vez, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. Eventuais elementos adicionais que o beneficiário entenda remeter apenas poderão ser aceites, desde que dentro do prazo supra referido.

Se, findo este prazo, o beneficiário não prestar os esclarecimentos ou não apresentar os elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e a informação disponíveis.

A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos tem efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para a análise e a comunicação da decisão respetiva. Nesta situação, o prazo para a tomada de decisão é contado a partir da data em que se encontre completa a instrução correspondente de todas as candidaturas.

A Avaliação do Mérito será efetuada tendo em conta exclusivamente os elementos apresentados no momento de submissão da candidatura, pelo que aquela análise não será protelada pelo facto de terem sido detetadas insuficiências na informação apresentada pelo promotor, nem os elementos que possam eventualmente vir a ser apresentados em sede de resposta ao pedido de elementos adicionais/complementares poderão ser considerados para efeitos da Avaliação de Mérito.

13.3. Calendarização do processo de análise e decisão

13.3.1 A apresentação de candidaturas será efetuada até 30 de abril de 2021.

13.3.2 A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir às candidaturas apresentadas é proferida pela Autoridade de Gestão até 60 dias úteis após a data de corte respetiva.

Finda a análise das candidaturas, a Autoridade de Gestão notifica as entidades dos resultados e da proposta de decisão que recai sobre a candidatura, procedendo à audiência prévia dos interessados.

A proposta de decisão e a decisão final sobre a candidatura fica igualmente registada no sistema de informação, sendo passível de consulta pelos beneficiários na sua “Conta Corrente”.

13.3.3 Após a decisão final de aprovação, o promotor dispõe de 60 dias úteis para remeter à Autoridade de Gestão documento comprovativo do lançamento do procedimento concursal da operação objeto do cofinanciamento, demonstrando o cumprimento da condição de elegibilidade referida na alínea (i) do ponto 5.2.3 do presente aviso. O incumprimento daquela condição implica a anulação da decisão de cofinanciamento da operação.

13.3.4 Uma vez concluída a análise e emitida decisão final sobre as candidaturas do Aviso, a Autoridade de Gestão procederá à divulgação pública anual dos projetos aprovados no site do NORTE 2020 e, com a periodicidade legalmente prevista, nos meios de comunicação social.

14. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão de concessão do apoio é feita mediante a assinatura, pelo beneficiário, de um termo de aceitação, o qual é submetido eletronicamente e autenticado nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual.

15. Obrigações do beneficiário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação europeia ou nacional ou na regulamentação específica aplicáveis, os beneficiários ficam obrigados, quando aplicável, a cumprir o previsto no n.º 1 do art.º 24º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual.

16. Documentação de referência

16.1. Legislação

- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na atual redação
- Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, e respetivas alterações.
- Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março e n.º 66/2019, de 20 de fevereiro.
- DL 163/2006, de 8 de agosto.
- DL 95/2019, de 18 de julho.
- Portaria n.º 301/2019, de 12 de setembro.

16.2. Orientações técnicas e/ou orientações de gestão

- NORMA DE GESTAO N.º 2/NORTE2020/2015 - Cumprimento das regras associadas a contratação pública - Operações públicas;
- NORMA DE GESTAO N.º 1/NORTE2020/2015 - Regras de elegibilidade de despesas – Operações públicas | FEDER

16.3. Outra documentação relevante

- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) aprovado.

17. Esclarecimentos e pontos de contacto

Pedidos de informação ou de esclarecimento podem ser obtidos:

. No Portal Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>):

- a) Informações de enquadramento geral (legislação vária);
- b) Aviso e documentação anexa;
- c) FAQ;
- d) Suporte técnico e assistência ao esclarecimento de dúvidas relativas ao Balcão 2020, da responsabilidade da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ex.: registo de beneficiários, formulário de candidatura, dificuldades de registo e submissão das candidaturas), através do menu “Contacte-nos”.

. No *site* do NORTE 2020 (<http://www.norte2020.pt/>) - Suporte técnico e assistência ao esclarecimento de dúvidas: Informações sobre o Aviso e regras aplicáveis, através do menu “Sugestões e Dúvidas” (email norte2020@ccdr-n.pt).

Porto, 22 de abril de 2021

O Presidente da Comissão Diretiva do NORTE 2020,

António M. Cunha

ANEXOS:

ANEXO I-C – PI 9.8 - Critérios de seleção e metodologia de avaliação

ANEXO II – Documentos a incluir na candidatura

ANEXO III – Minuta de declaração de compromisso

ANEXO IV – Modelo Orçamento Global

ANEXO V - Minuta de declaração de compromisso TOC/ROC

ANEXO VI – Ficha de Verificação das Regras Ambientais

ANEXO VII – Ficha de Verificação das condições de Igualdade de Oportunidades

ANEXO VIII – Formulário ISS